

ATO DO DIA 29 SERÁ UM GRITO EM DEFESA DA VIDA E CONTRA OS CORTES NA EDUCAÇÃO

O governo de destruição do genocida Jair Bolsonaro tem um encontro marcado com os defensores da democracia e da vida. Convocado pela UNE e apoiado pela AdUFRJ e por entidades de todo o Brasil, o ato unificado de 29 de maio dará sequência aos protestos dos dias 18 e 19 e terá como foco a vacina para todos, a defesa das universidades públicas e o “Fora, Bolsonaro!”. No dia 26, uma assembleia-ato virtual vai reunir todos os segmentos da UFRJ para a mobilização. Participe!

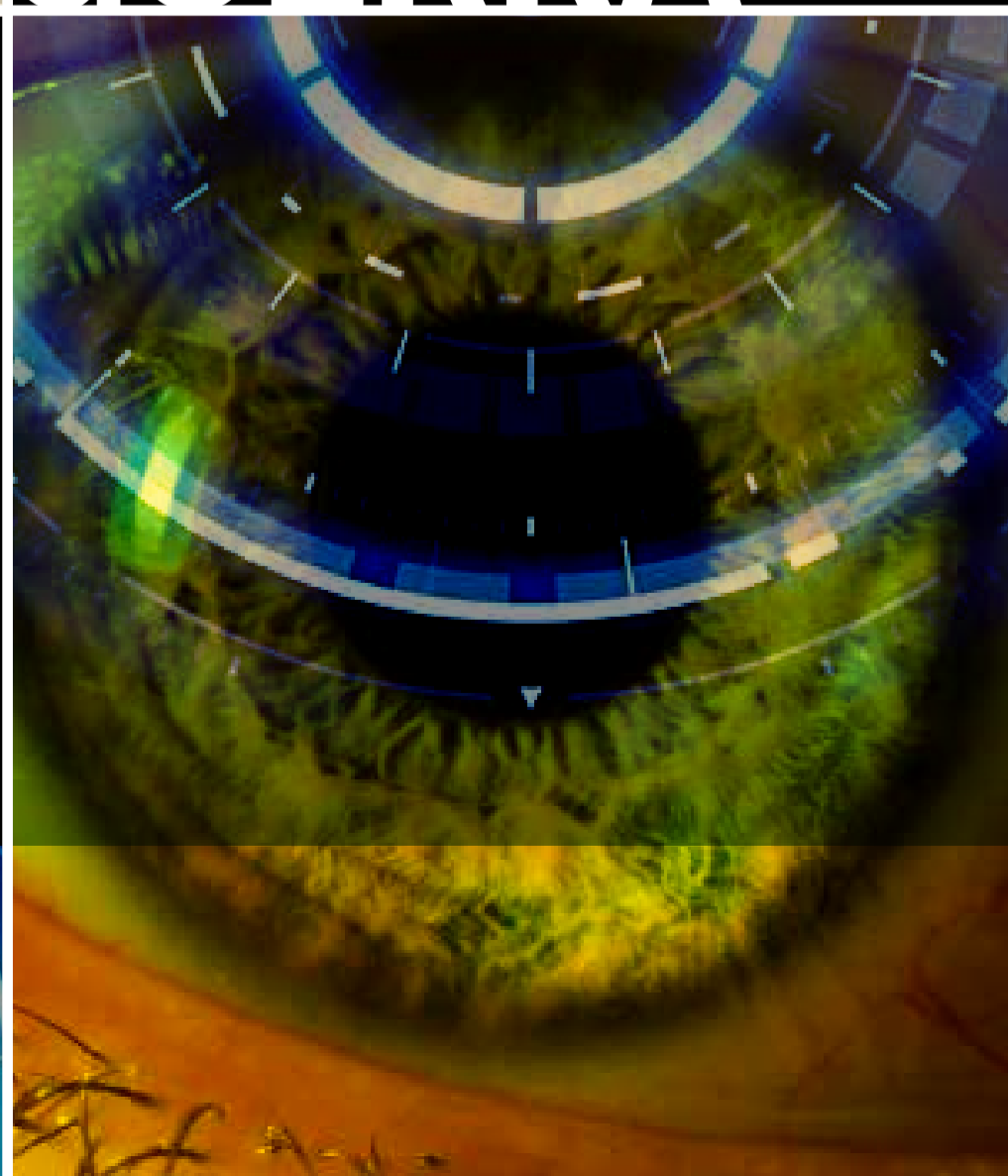
Páginas 2, 4, 5 e 9



DOIS OLHARES SOBRE A GUERRA

Foram mais de 240 mortos, em proporção tão desigual quanto as realidades dos dois lados dessa batalha: 232 na Faixa de Gaza e 12 em Israel. O conflito militar entre palestinos e israelenses foi encerrado nesta sexta-feira com um cessar-fogo. Mas, nos territórios ocupados, o dia a dia de violência vai continuar. Para mostrar a disparidade entre o cotidiano de violações em Gaza e na Cisjordânia e a normalidade da rotina dos israelenses protegidos por um forte aparato bélico, o **Jornal da AdUFRJ** traz o relato de dois brasileiros que estão imersos nessa história: um jornalista que vive em Tel Aviv e uma advogada que estuda e presenciou as agruras do povo palestino. Ainda que descrentes, ambos sonham com a paz na região.

Página 8



EDITORIAL

A DIFÍCIL TAREFA DA UNIDADE

DIRETORIA

Numa semana muito movimentada, a colaboração das autoridades norte-americanas no episódio do contrabando de madeira demonstra o isolamento e as dificuldades do governo federal após a derrota de Trump. Entretanto, alguns episódios na CPI da Covid demonstram que o jogo ainda está pesado por aqui. A consciência antibolsonarista se espalha e se adensa na medida em que ficam mais nítidas as nefastas consequências de uma eventual (e esperamos que seja uma hipótese cada dia mais distante) reeleição de Bolsonaro. O desafio é conseguir colocar no mesmo influxo, trabalhando de forma minimamente articulada, aqueles que querem a deposição do presidente da República como tarefa imediata e inadiável e os que acreditam que não há possibilidade política para o impeachment e, portanto, a tarefa mais importante é a construção de uma ampla frente para o embate eleitoral de 2022. Que todos joguem água no mesmo moinho: naquele que irá triturar os arroubos autoritários e os delírios de poder absoluto do clã instalado no Palácio do Planalto.

É preciso desdobrar essa tarefa para todas as esferas da vida pública brasileira, em especial no campo da Educação. Em maio de 2019 demos uma vigorosa resposta nas ruas por conta do anúncio de cortes no orçamento que inviabilizariam a educação pública no país. O grito de alerta lançado por artigo assinado pela reitora e pelo vice-reitor, publicado em 6 de maio pelo jornal O Globo, foi o estopim de uma virada de chave no cotidiano da universidade. Não nos resta mais nenhuma dúvida de que estamos pela primeira vez vivendo o risco bastante palpável de um colapso institucional, com fechamento de leitos e paralisação

de importantes pesquisas; isso sem contar os cortes de bolsa e comprometimento de todo o patrimônio físico e cultural que guardamos. A gravidade é tão grande que tivemos no dia 18 um grande ato, de dimensão nacional, promovido pela UFBA, com apoio de todas as entidades, e no dia 19, como o Dia Nacional em Defesa da Educação, chamado pelo Andes e com ampla adesão também das entidades estudantis e dos técnicos-administrativos. Os estudantes mais uma vez deram exemplo de energia e vitalidade, foram primeiro às ruas, no dia 14, com máscaras, muito álcool em gel e respeitando algum distanciamento.

Não é tempo de pequenas intolerâncias, disputas menores, e velhos rancores. Nenhum de nós estará a salvo com esse governo.

Pois é com esse espírito, de quem enfrenta uma severa batalha pela sobrevivência, que precisamos construir uma sólida e consistente linha de ação reunindo toda a comunidade universitária. Não é tempo de pequenas intolerâncias, disputas menores, e velhos rancores. Nenhum de nós estará a salvo com esse governo. Vamos todos participar da assembleia-ato (ainda em ambiente virtual) no dia 26 e dar uma demonstração de força e unidade em defesa da universidade pública. O nosso exemplo é necessário, ele pode ampliar e dar mais consequência à luta nacional. E, para aqueles que puderem ir, nos encontraremos sábado (29), nas ruas, com todo o cuidado necessário!

VACINAÇÃO DOS PROFESSORES SERÁ RETOMADA DIA 24

A Prefeitura do Rio anunciou que a vacinação dos trabalhadores da Educação será retomada a partir de segunda-feira, dia 24. Estão incluídos no grupo os professores, técnicos e terceirizados que atuam em instituições públicas ou privadas da área. De acordo com o novo calendário, serão imunizadas pessoas de 49 anos na segunda; na terça, as de 48 anos; e assim por diante. A vacinação dos trabalhadores da Educação havia sido interrompida no dia 6 por decisão do STF. Na ocasião, o ministro argumentou que faltavam justificativas para a inclusão dos educadores no calendário. A prefeitura respondeu que está seguindo as diretrizes do Programa Nacional de Imunizações.

DATA	PÚBLICO
24 Segunda	49 anos ou mais
25 Terça	48 anos ou mais
26 Quarta	47 anos ou mais
27 Quinta	46 anos ou mais
28 Sexta	45 anos ou mais

MINISTRO PROMETE REPASSES AO HU

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

O ministro da Saúde, o cardiologista Marcelo Queiroga, esteve no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho no dia 15. Durante o encontro com a reitora, professora Denise Pires de Carvalho, e com o diretor do hospital, professor Marcos Freire, Queiroga se comprometeu a manter os repasses para garantir o pagamento de 330 profissionais que atuam no combate à covid. Todos foram contratados por meio de um convênio entre a UFRJ, a Fiocruz e a Prefeitura do Rio. A Rio Saúde, empresa da prefeitura que administra os contratos, chegou a

divulgar que encerraria a parceria por falta de repasses do governo federal, estimados em R\$ 1,5 milhão por mês.

A visita buscou sensibilizar os gestores de saúde — além do ministro, estava presente o secretário estadual de Saúde, Alexandre Chieppe — sobre o impacto da atuação da UFRJ e do HU no atendimento à população do estado do Rio de Janeiro, principalmente durante a pandemia. Com 320 leitos ativos, o Clementino abriu 46 leitos de enfermaria e 40 de CTI exclusivos para o tratamento da covid-19. “O encontro foi para mostrar as novas instalações do nosso hospital, que está sendo reformado. Hoje, há

mais de 300 leitos ativos e queremos chegar a 400 leitos”, contou a reitora Denise. “O ministro se comprometeu a nos ajudar a alcançar esta meta”, afirmou.

Com o compromisso do ministro em relação aos contratados e à abertura de novos leitos, a preocupação se volta para os extra-quadros e terceirizados do hospital. Estes dois grupos de profissionais são pagos com recursos do orçamento da UFRJ, bastante encolhido pelos seguidos cortes e contingenciamentos da União. “Só temos cobertura orçamentária assegurada até setembro”, ressaltou o pró-reitor de Finanças, Eduardo Raupp.

■ **NO PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO** desta sexta-feira (21), os professores Eleonora Ziller e Josué Medeiros, diretores do sindicato, avaliam o ato convocado pelo movimento estudantil da UFRJ no dia 14. Os diretores também repercutem os efeitos da asfixia orçamentária, que pode comprometer o funcionamento do Hospital Universitário, e criticam mais uma tentativa de amodar a liberdade de pensamento e expressão. Na última semana, o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, enviou uma representação contra o professor Conrado Hübner Mendes à Comissão de Ética da USP, acusando o professor de calúnia e difamação. O programa vai ao ar às 10h, com reprise às 15h.

NOTAS

ADEUS A ROBERTO MACHADO

■ O Brasil perdeu, dia 19, o professor Roberto Machado, aos 79 anos. Um dos maiores especialistas do Brasil em Deleuze, Nietzsche e Foucault, Machado se destacou em obras que propuseram o encontro dos pensamentos desses três filósofos. Titular do Departamento de Filosofia do IFCS, o docente fez estágios orientados por Michel Foucault, no *Collège de France*. No pós-doutorado, atuou sob a supervisão de Gilles Deleuze, na Universidade de Paris 7. A AdUFRJ, assim como toda a comunidade da UFRJ, se entristece com sua partida.



LUTA ANTIMANICOMIAL

■ A professora Gizele Martins participou de uma roda de conversa virtual promovida pelo Programa de Saúde Mental de Macaé, na terça-feira (18), para celebrar o Dia Nacional de Luta Antimanicomial. A data foi criada há 34 anos, quando ocorreu a Primeira Conferência de Saúde Mental do Brasil. A apresentação da professora Gizele, que é do curso de Enfermagem, se transformou numa carta aberta ao município de Macaé. “Resistência em tempos de distanciamento é reinventar nossas ideias e manter nossos ideais. É mudar a forma, de presencial para virtual, mas o conteúdo é o mesmo: é a luta antimanicomial”, diz trecho.

EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

■ A comunidade científica saiu em defesa do professor Conrado Hübner Mendes, da Faculdade de Direito da USP. O docente, que também é colunista da Folha de São Paulo, está sendo intimidado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras. Em um tuit, Conrado chamou Aras de “poste geral da República” por sua atuação na pandemia. O procurador encaminhou à comissão de ética da USP uma representação alegando injúria, calúnia e difamação. A AdUFRJ publicou, no dia 17, nota de repúdio à perseguição sofrida pelo professor.



“SOMOS A AFIRMAÇÃO DA VIDA”

■ O vereador Reimont (PT/RJ) promoveu uma live em defesa da UFRJ na última quinta-feira (20). As professoras Eleonora Ziller e Ligia Bahia (presidente e ex-vice-presidente da AdUFRJ) participaram do encontro. O Sintufrrj foi representado pela servidora Joana de Angelis e os estudantes, por Lucas Azevedo, da ECO. “Nós somos a afirmação da vida, da liberdade de pensamento, da arte, da cultura, de tudo o que nega este governo. Por isso somos tão atacados”, afirmou Eleonora.

CINEADUFRJ DISCUTE FASCISMO

■ O cinema italiano dos anos 1970 fez um balanço do significado do fascismo na Itália da primeira metade do século XX. Diante dos retrocessos sociais e políticos atuais, o CineAdUFRJ — uma parceira do sindicato com o Grupo de Educação Multimídia da Faculdade de Letras — discute o tema no próximo dia 27, às 18h30. Serão debatedores: Ricardo Costa, jornalista, crítico e escritor; e Francisco Carlos, professor e historiador. Para participar pelo Zoom, acesse: <https://bit.ly/2Ephkpw>.



Eleições da SBPC começam dia 27

> Os professores Carlos Alexandre Netto (UFRGS) e Renato Janine Ribeiro (USP) disputam a presidência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Votação ocorre até 18 de junho

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Pela primeira vez em dez anos, dois professores disputam a eleição para a presidência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade que desde 1948 luta pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país. O pleito deste ano começa no dia 27 de maio e vai até 18 de junho.

São candidatos os professores Carlos Alexandre Netto, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por dois mandatos, de 2008 a 2016; e Renato Janine Ribeiro, ministro da Educação de abril a outubro de 2015. Em entrevista ao **Jornal da AdUFRJ**, os dois prometem dar continuidade ao trabalho da SBPC contra as tesouradas do governo Bolsonaro no orçamento das universidades e centros

de pesquisa.

“Orçamento é política de governo e a SBPC tem sido essencial na defesa dos recursos para as áreas de Ciência e Educação, especialmente junto ao Congresso Nacional”, diz Carlos Alexandre, professor Titular do Departamento de Bioquímica do Instituto de Ciências Básicas da Saúde, da UFRGS.

“A SBPC e seu atual Presidente têm sido extremamente ativos na defesa da Ciência, da Educação, da Cultura, da Tecnologia, da Saúde e do Meio ambiente”, avalia Renato Janine, professor Titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo.

As eleições da SBPC incluem a diretoria, secretarias regionais e o conselho da entidade. A professora Ligia Bahia, ex-vice-presidente da AdUFRJ, disputa a reeleição para secretaria regional. Marta Barroso, também da UFRJ, pleiteia o cargo de



Desejamos todo o sucesso à nova diretoria, secretários regionais e conselho, pois o momento é muito difícil. É fundamental que a comunidade científica esteja unida”

ILDEU MOREIRA
Atual presidente da SBPC

secretária adjunta.

O professor Ildeu Moreira de Castro, atual presidente da SBPC, conchama todos os sócios à votação e alerta para as dificuldades da conjuntura: “Desejamos todo o sucesso à nova

diretoria, secretários regionais e conselho, pois o momento é muito difícil. É fundamental que a comunidade científica esteja unida”, afirma.

A participação dos pesquisadores da UFRJ na SBPC é histórica e intensa. O atual presidente é docente do Instituto de Física. Na última vez em que dois candidatos concorreram à presidência, em 2011, o professor Luiz Pinguelli Rosa, da Coppe/UFRJ, entrou na disputa, mas perdeu para a biomédica Helena Nader (Unifesp).

VOTAÇÃO

A votação começa no dia 27 e se estende até o dia 18 de junho. Estão aptos a votar todos os sócios novos admitidos até 15 de março (que precisaram pagar a anuidade para completar a associação) e sócios antigos, que podem quitar a anuidade

2021 até 11 de junho. Por conta

disso, o universo de eleitores ainda não está definido. Por enquanto, são aproximadamente três mil pessoas, sendo 450 do estado do Rio — não há divisão do eleitorado por universidade ou instituto de pesquisa.

O processo ocorrerá em meio eletrônico. O que não é uma novidade para a SBPC: desde 2007, os diretores e conselheiros são escolhidos desta forma.

No primeiro dia da votação, a comissão eleitoral enviará aos sócios ativos as instruções do pleito e as senhas para votação. No link indicado na mensagem, o sócio acessa o bloco “Diretoria” e escolhe entre os dois candidatos a presidente, vota em branco ou nulo. Em seguida, vota entre os nomes que concorrem a vice-presidente e assim sucessivamente, para os demais cargos. Na eleição da SBPC, não existem chapas. Ao final, ele confirma o voto pra todos os candidatos selecionados e passa para o “Conselho”.

Como o Conselho da área D (que engloba Espírito Santo e Rio de Janeiro) não apresenta vagas nessas eleições — uma parte do colegiado permanece a cada pleito —, o eleitor do Rio passa à votação da Secretaria Regional. No caso, são candidatas à reeleição as professoras Ligia Bahia e Marta Barroso. Ao final, o sócio da SBPC recebe a confirmação na tela da conclusão do processo de votação.

A apuração será no dia 22 de junho. A posse está marcada para 27 de julho em evento virtual da Reunião Anual da SBPC.

ENTREVISTA CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA SBPC



CARLOS ALEXANDRE NETTO

EX-REITOR DA UFRGS E PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE BIOQUÍMICA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE

● **Jornal da AdUFRJ - O que a SBPC ainda não fez e irá fazer, no seu mandato, contra os cortes na Ciência e na Educação?**

■ **Carlos Alexandre** - Orçamento é política de governo e a SBPC tem sido essencial na defesa dos recursos para as áreas de Ciência e Educação, especialmente junto ao Congresso Nacional. Mais preocupado em honrar os compromissos da dívida pública, o atual governo asfixia as áreas sociais amparado na Lei do Teto. Pretendemos levar um amplo debate sobre: 1) o orçamento e a revisão/revogação da Lei do Teto; 2) um projeto de futuro, o Brasil que Queremos (título sugestivo), em articulação com outras entidades aproveitando as comemorações do Bicentário da Independência, em 2022. Ciência e Educação para todos como pilares de desenvolvimento, esperança de futuro e de uma sociedade mais justa e menos desigual.

● **Como o senhor avalia a atuação do ministro Marcos Pontes?**

■ O ministro Pontes demonstra abertura ao diálogo com as entidades de Ciência e Tecnologia. Ele tem sido sensível a demandas e conferido apoio às ações junto ao Congresso Nacional, especialmente da Iniciativa de Ciência e Tecnologia do Parlamento, ICTP-BR, e demonstrado capacidade de articulação com outros Ministérios. Porém, como par-

ticipa de um governo que não tem um plano de CT&I, revela pouca força frente ao Ministério da Economia; o resultado é um vetor de desinvestimento orçamentário que coloca em risco o presente e o futuro da Ciência brasileira. Ele foi omissivo nos episódios de exonerções no Inpe causados pela produção e divulgação de dados da devastação da Amazônia. Ainda assim, é importante poder dialogar e contar com apoio em pautas centrais para a CT&I, como a recente extinção da reserva de contingência do FNDCT.

● **As duas candidaturas parecem afinadas no discurso contra o negacionismo e os cortes na Ciência e Educação. Por que não foi possível a formação de uma candidatura única?**

■ As candidaturas aos cargos diretivos da SBPC são indicadas pelo Conselho da entidade, o que garante maior representatividade regional e de áreas de conhecimento. A diretoria eleita buscará convergência de projetos e ações para cumprir a missão da SBPC. Como não há composição de chapas, não há possibilidade de formação de candidatura única. O discurso contra o negacionismo e os cortes orçamentários, parte central das atuais políticas anti-ciência e anti-educação, é unanimidade na comunidade acadêmica e em parte da sociedade. A eleição renova o vigor da SBPC.



RENATO JANINE RIBEIRO

EX-MINISTRO DA EDUCAÇÃO E PROFESSOR TITULAR DE ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

● **Jornal da AdUFRJ - O que a SBPC ainda não fez e irá fazer, no seu mandato, contra os cortes na Ciência e na Educação?**

■ **Renato Janine** - A SBPC e seu atual presidente têm sido extremamente ativos na defesa da Ciência, da Educação, da Cultura, da Tecnologia, da Saúde e do Meio ambiente. Cabe a quem for o futuro presidente dar continuidade a essa ação, mantendo e fortalecendo os laços construídos nestes anos pela SBPC com outras entidades e também com o Legislativo.

● **Como o senhor avalia a atuação do ministro Marcos Pontes?**

■ A indicação do ministro é prerrogativa do presidente da República, no nosso ordenamento constitucional. A SBPC tem sempre levado aos órgãos de governo as necessidades da ciência, educação e demais áreas de sua atuação. Vejo com muita preocupação, no caso do MCTI, os cortes no orçamento do CNPq, assim como, nos demais ministérios com que a SBPC historicamente tem tratado, cortes na Educação, na Cultura, na Saúde e no Meio ambiente.

● **As duas candidaturas parecem**

afinadas no discurso contra o negacionismo e os cortes na Ciência e Educação. Por que não foi possível a formação de uma candidatura única?

■ Toda pessoa que milita na Ciência e na Educação é contra o negacionismo e contra os cortes nas verbas para essas áreas. Este consenso é fundamental, até mesmo para que a comunidade esteja unida na defesa das causas importantes para o Brasil. Ou seja, todos defendemos aquilo que a comunidade científica e a sociedade brasileira conquistaram com trabalho árduo e hoje se vê ameaçada. Talvez a novidade de minha candidatura seja que considero necessário a SBPC propor uma discussão bem forte sobre as mudanças no sentido da vida, correlatas a uma maior expectativa de vida e em sua melhor qualidade, que devemos em grande medida à área de Saúde. Os avanços no conhecimento estão permitindo mudar, para melhor, tanto a vida pessoal quanto a social — o que envolve todas as áreas que mencionei na resposta anterior, com ênfase no papel que a educação, a cultura e a atividade física não competitiva podem cumprir como geradores de prazer e, mais que isso, de novos propósitos para as pessoas.





FOTOS: ALESSANDRO COSTA

MOBILIZAÇÃO CONTRA OS CORTES NAS RUAS E REDES

> Dia Nacional de Paralisação em defesa das universidades, que tiveram seus orçamentos reduzidos, teve ato no campus da Praia Vermelha e encontro virtual organizado pelo Andes

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

No Dia Nacional de Paralisação dos Docentes, quarta-feira (19), a UFRJ voltou às ruas para defender a universidade de dos cortes orçamentários. Com o mote “A UFRJ não pode fechar”, as entidades representativas da comunidade universitária — AdUFRJ, Sintufrj, DCE Mário Prata, APG UFRJ e Attufrj — fizeram uma manifestação em frente ao campus da Praia Vermelha.

Quem passou de carro pelo local recebeu um material preparado pela organização da manifestação que explicava as razões do protesto e a importância da UFRJ para a sociedade. Com os sinais fechados, os representantes das entidades discursaram em defesa da universidade. O protesto foi cercado de cuidados contra a pandemia, com todos os participantes usando máscaras e com distribuição de

álcool em gel. O distanciamento foi recomendado pela organização.

Também durante a manhã, o Andes organizou um encontro virtual para marcar o dia. A presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, fez uma transmissão para o Andes diretamente da manifestação na Praia Vermelha. Em seu discurso, Eleonora olhou para o futuro, comparando as manifestações a um ensaio geral para a luta unitária que acontecerá no país em defesa da Educação. “Um verdadeiro levante da educação pública brasileira contra esse governo genocida, contra a destruição das instituições universitárias”, disse Eleonora, que reafirmou a importância das universidades públicas para o país e denunciou o projeto de destruição do governo Bolsonaro. A presidente da AdUFRJ ainda celebrou a união da universidade, evidenciada pela articulação das entidades representativas na manifestação. “Estamos todos juntos construindo um movimento unificado em defesa da



nossa universidade”.

O encontro organizado pelo Andes contou com a participação de dezenas de representantes sindicais de todo o país, e dirigentes de universidades e institutos federais. A reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, marcou presença no ato virtual, reafirmando a necessidade de recomposição do orçamento da educação superior. “Queremos retornar com as atividades presenciais, assim que as con-



dições sanitárias permitirem, e esses cortes inviabilizarão o retorno presencial das nossas universidades”, explicou a reitora, que defendeu a Educação como “um direito de todos e um dever do Estado”. Denise também se opôs à nomeação de interventores nas universidades, prática que vem sendo adotada pelo presidente Jair Bolsonaro, e terminou a sua participação saudando o Sistema Único de Saúde (SUS).

UFRJ UNIDA CONTRA OS ATAQUES DE BOLSONARO

> Reunidas no Formas, entidades representativas de professores, servidores, estudantes e terceirizados aprofundam em debate virtual meios de mobilização em defesa da universidade

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

A UFRJ não pode fechar e está unida contra os cortes no seu orçamento e o projeto de destruição do governo Bolsonaro. Esse foi o principal recado que o encontro virtual organizado pelo Formas, o fórum que reúne as cinco entidades representativas da universidade, deu à sociedade. Com o tema “Universidade pública: referência, conhecimento e prática da democracia”, o ato foi um dos eventos do dia de paralisação, na quarta-feira (19) e contou com a participação de dirigentes das organizações que fazem parte do fórum: AdUFRJ, Sintufrj, DCE Mário Prata, APG UFRJ e Attufrj.

Segmento em situação de maior vulnerabilidade, sobretudo desde o começo da pandemia, foi dos terceirizados a manifestação mais comovedora do evento. A representante da Attufrj, Waldinéia Nascimento, lembrou que o fechamento da UFRJ impactaria imediatamente os terceirizados. “A UFRJ não pode fechar porque os mais prejudicados serão os trabalhadores terceirizados, que logo no início sofrerão com o desemprego”, disse.

Defendendo a união nas manifestações, Waldinéia explicou a importância da representação da sua entidade. “Nem todo terceirizado pode estar nas manifestações, mas nós da Attufrj tentamos mantê-los informados”, explicou. “Alguns não sabem bem o que está acontecendo, mas todos sabem o que está

faltando no seu prato, na sua casa”. A dirigente não poupou críticas à atuação do governo durante a crise da pandemia, apontando sua responsabilidade na tragédia. “O povo trabalhador está sofrendo os efeitos do que o governo faz com as pessoas. A retirada de direitos, a falta de recursos para a Educação e Saúde”.

A política do governo para a Educação e no combate à pandemia foi chamada de “desmanche” pela presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. “Não se trata sequer de um desmonte o que estamos enfrentando. Desmanche significa tentar desfazer para que as coisas não se reconstruam, e quando a gente desmonta alguma coisa, a gente pode remontar”, explicou. Tratando especificamente da Educação, Eleonora falou da gravidade da crise. “Estamos sob o perigo da irreversibilidade das nossas instituições, de uma construção de décadas da pesquisa científica no país, de produção de conhecimento, cultura e arte”, alertou. Mas o tom da representante dos docentes foi de chamada à luta. “O ato é muito importante, um grande ensaio geral para o que o país precisa viver. Esse dia 19 de maio é uma grande preparação para o desafio histórico que vamos enfrentar em 2021”, disse Eleonora, ressaltando a necessidade da união para o enfrentamento ao grave momento.

Os desmontes na pesquisa foram denunciados pelo aluno de pós-graduação Jorge Marçal, da APG UFRJ. Jorge fez um breve retrospecto do cenário, lembrando as ações do governo



“Estamos sob o perigo da irreversibilidade das nossas instituições, de uma construção de décadas da pesquisa científica no país, de produção de conhecimento, cultura e arte”

“O ato é muito importante, um grande ensaio geral para o que o país precisa viver. Esse dia 19 de maio é uma grande preparação para o desafio histórico que vamos enfrentar em 2021”

ELEONORA ZILLER
Presidente da AdUFRJ

que esvaziaram o financiamento da pesquisa no Brasil, situação que foi agravada durante a pandemia. “Desde o ano passado denunciamos que temos visto cada vez mais cortes, ao invés de uma lógica de maior financiamento para a Educação e para a Ciência, Tecnologia e Inovação”, ressaltou. Colega de Jorge na APG, a doutoranda Natália Trindade trouxe uma mensagem de esperança para o ato. “Tudo que esse governo quer é que a gente desista. Nós queremos o contrário. A partir da luta coletiva é possível fazer a diferença”, conclamou.

“A nossa indignação coletiva é necessária e deve ser constante, para nos mover na luta”, disse a técnica Damires França, que falou pelo Sintufrj. Damires analisou a conjuntura para expor como o projeto do governo Bolsonaro, conduzido pelo ministro Paulo Guedes, pretende destruir o Serviço Público. “Sabemos que o plano deste governo é fazer cortes nos orçamentos da Educação, Saúde e Segurança Pública, porque uma vez sucateados eles podem ser fechados ou privatizados”, observou a dirigente sindical, que lembrou das ocasiões em



que Guedes sugeriu oferecer vouchers para a população. Da-mires também denunciou que a reforma administrativa não vai afetar o Judiciário, o Legislativo e os militares, o que ela tratou como uma covardia do governo.

O protesto de rua contra os cortes ocorrido no dia 14, no Largo de São Francisco, Centro do Rio, teve nos estudantes o seu principal motor. A coordenadora-geral do DCE Mário Prata, Natalia Borges, fez um breve balanço do ato e convocou o corpo social da universidade para outras manifestações presenciais. “Foi um ato grande, que mostrou a força do movimento estudantil e de movimentos sociais, não só da UFRJ. E que não acabou na sexta-feira”, avaliou a estudante.



ATO CONVOCADO PELA UFBA GANHA ADESÃO NACIONAL

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

“Com tiranos não combinam/ Brasileiros, brasileiros corações”. Os versos do Hino 2 de julho, que marca a independência baiana, deu o tom ao ato “Educação contra a Barbárie”, organizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) na terça-feira (18). Dividida em seis blocos temáticos, a manifestação virtual foi assistida ao vivo por mais de cinco mil pessoas e, até o fechamento desta edição, obteve 62 mil acessos no canal da TVUFBA no Youtube. O orçamento da universidade foi trazido a público, mostrando as dificuldades para

continuar o ano letivo de 2021, e a impossibilidade de produzir Ciência nessas condições.

“Tivemos o orçamento reduzido, cortado. Recuamos para 2010, quando tínhamos 15 mil estudantes a menos. A situação é aterradora, muito grave, e agora com um agravante ainda mais delicado. Vivemos essa situação em plena pandemia, são centenas de milhares de mortos”, afirmou o reitor da universidade, João Carlos Salles. A autonomia universitária, a assistência estudantil e a situação das universidades públicas brasileiras também foram temas do debate.

Para a professora Eleonora



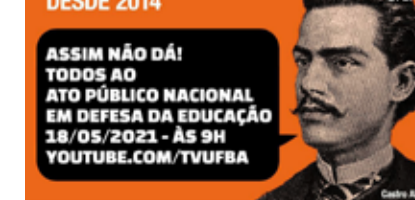
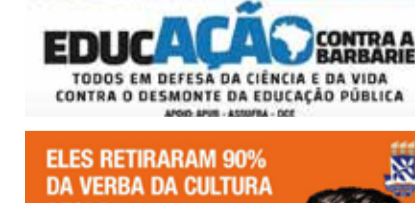
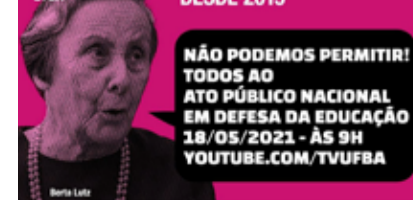
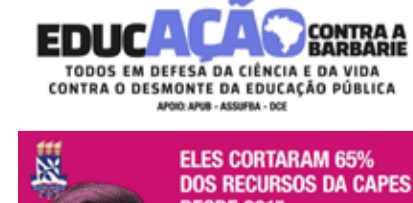
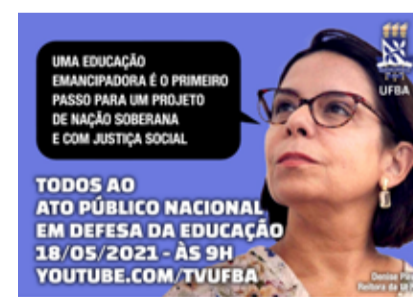
Ziller, presidente da AdUFRJ, o ato teve uma característica muito forte por ter sido conduzido pela instituição universitária, com o apoio de entidades como a APUB, o Andes e a Proifes. “O que estamos vivendo hoje com o atual governo é o ataque à universidade como instituição. Eles

desmoralizam e ridicularizam a universidade pública, tentam colocar a população contra a Ciência”, opinou. A produção do ato também foi elogiada pela professora. “As danças e músicas, a arte no tapume. Estamos num momento de luto, de dor, mas também de enfrentamento a esse governo que nega a Ciência. Dentro desse cenário, a UFBA entra com um elemento fundamental de cultura e arte, que também faz parte da vida universitária”, comentou.

Artista plástico e professor da Escola de Belas Artes da UFBA, Rodolfo Carvalho protagonizou a única ação não virtual proposta pela reitoria. Na segunda-feira

(17), ele e o colega de profissão, Cristiano Piton, fizeram uma intervenção artística sobre o tapume que cerca a reitoria da UFBA após o convite da diretora da Escola de Belas Artes, Nanci Novais. “Uma das coisas que discutimos foi a segurança dos artistas, porque foi uma atividade na rua. Como já tomei a vacina, me ofereci para fazer, e chamamos o professor Cristiano para construir o projeto”, contou Rodolfo.

A ideia principal da intervenção foi a da afetividade. “Vivemos tempos tenebrosos, difíceis, em que temos a banalização da morte. Esquecemos, dessa maneira, que são pessoas,



cada um é o amor de alguém. Praticamente 450 mil pessoas se foram, precisamos restaurar o amor na sociedade”, explicou. “Tínhamos a oportunidade de homenagear as pessoas que estão lutando contra a covid-19. Tem um ponto de ônibus em frente à reitoria, e nada melhor do que passar uma mensagem de positividade para essas pessoas que estão na correria para conseguir o ganha-pão”, afirmou o artista. A frase escolhida foi: A UFBA homenageia quem luta pela vida contra a covid.

O ato do dia 18 priorizou os ambientes digitais na sua execução. Numa pandemia que já levou tanta gente, aglomerações vão totalmente de encontro com o que a Ciência e a razão recomendam. Para Ivana Bentes, pró-reitora de Extensão e

pesquisadora da cultura digital, os ambientes virtuais se tornaram vitais para o grupo que respeita as recomendações sanitárias. “Esse ativismo virtual dá a possibilidade de uma troca mais qualificada, já que não temos mais os espaços de sala de aula e troca. Temos que aprender a usar isso, pois, na relação da democracia com as redes, não podemos reduzir as experiências a nossas ações. É a virtualização da vida tanto para o melhor quanto para o pior”, opinou. Ivana acredita não haver oposição nem exclusão entre as redes e as ruas. “Esses ambientes híbridos vieram para ficar, até pela possibilidade da participação de pessoas do Brasil ou do mundo inteiro numa iniciativa”, disse. “As redes constroem novas ruas, novas formas de

impactar o território e a cidade, política, o ativismo. É claro que não substitui a rua. A gente evoluiu com essas experiências, até para saber se há mais interação ou menos”, completou. Medir o engajamento é uma das maneiras de entender a participação virtual. “As pessoas que participaram do chat, as trocas que foram feitas após, a repercussão nas mídias, e os views são maneiras de medir o quanto aquele conteúdo não morreu na hora que foi feito”, explicou a pró-reitora. “A gente precisa qualificar a interação virtual, ela pode se desdobrar e não acabar ali. Não pode ser desqualificado como ativismo de sofá, porque temos níveis de envolvimento com aquela participação virtual, assim como temos na sala de aula”, afirmou.

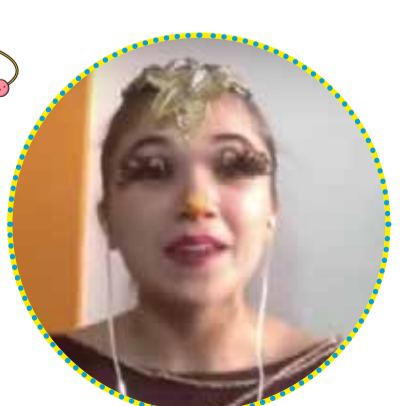
OBA, tem CRIANÇA na CIÊNCIA

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Para os adultos, a folia da ciência já é tradicional e acontece todo ano em volta da mesa de bares, com pesquisadores das mais diversas áreas debatendo temas nada boêmios. É o *Pint of Science*, encontro mundial de divulgação científica em espaços não ortodoxos. Por conta da pandemia, o evento aconteceu de modo *on line* pela segunda vez em 67 cidades brasileiras e 30 países. Além das conversas com os adultos, a turma resolveu ampliar a clientela e criou, no ano passado, uma versão *kids* - o *Pint of Milk*. O evento deste ano foi dividido entre os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Pará. A equipe do Rio organizou o "*Pint of... Perguntas!*" na tarde da última segunda-feira, 17, com ativa participação de crianças com idades entre três e 12 anos, todas muito curiosas sobre os mistérios da ciência.

O cardápio temático foi o mais variado possível e reuniu cientistas para responder perguntas intrigantes dos pequenos aprendizes. Teve o professor e escritor Daniel Munduruku, do povo indígena Munduruku do Pará, a virologista Yuli Maia, doutoranda em Biologia Celular e Molecular da Fiocruz, e o astrofísico João Torres, professor do Instituto de Física da UFRJ. A apresentação e mediação foi da contadora de histórias Carol Passarinha, personagem interpretada por Carolina Gigliotti, mestre em Física pela UFRJ.

O evento foi transmitido pelo canal do Youtube Cenabio Extensão, do Centro Nacional de Biologia Estrutural e Bioimagem da UFRJ. Você pode conferir o evento na íntegra aqui: <https://youtu.be/qzH9slxQlcl>. A seguir, algumas das perguntas que espelham a esperança de que essas crianças criam um mundo melhor.



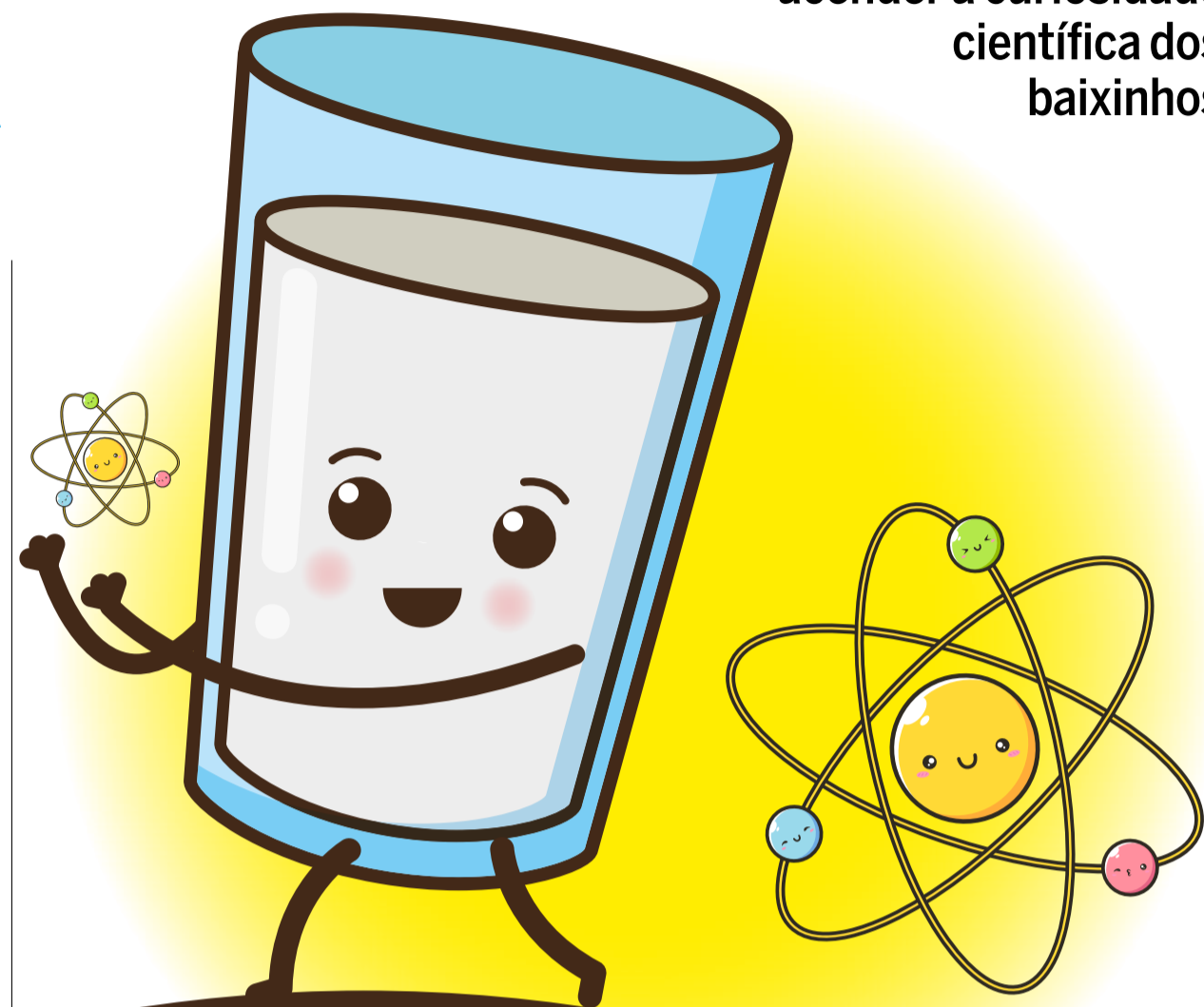
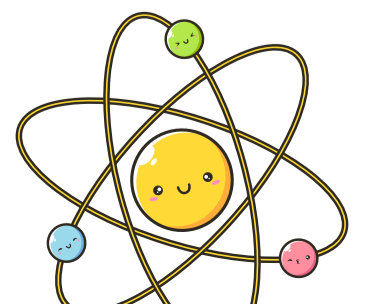
A APRESENTAÇÃO foi da contadora de histórias Carol Passarinha, personagem interpretada por Carolina Gigliotti, mestre em Física pela UFRJ



Sara, 8 anos - Os remédios que os indígenas usam são os mesmos dos hospitais?

DANIEL MUNDURUKU - Na verdade, o que acontece é um pouquinho diferente e, às vezes, ao contrário. Muitos dos medicamentos das cidades são extraídos dos conhecimentos que vêm da floresta. A cidade, por conta do progresso, foi de-

envolvendo formas mais rápidas de criar esses medicamentos todos, porque a população é maior e é necessário ter grande quantidade de remédios. Já nas aldeias, a nossa farmácia é a floresta. E lá nós temos os nossos médicos, que chamamos de pajés. Os pajés são grandes conhecedores da medicina indígena. Eles são os responsáveis pela cura das nossas doenças. Os remédios estão na floresta e o pajé é um grande sabor das propriedades de cada planta. Grande parte das coisas que curam nosso corpo está na natureza em formato de plantas, de ervas, de raízes. Tudo isso é feito dentro de uma tecnologia que é própria nossa. Quando os cientistas da cidade começam a pesquisar esses remédios, eles descobrem as suas propriedades e sintetizam, transformando em comprimido, xarope, cremes de mãos, de rosto. Muitos deles são feitos com base nos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. Hoje em dia, muitos remédios que os indígenas usam vêm das farmácias, porque às vezes a doença tem mais urgência e precisa de um tratamento mais rápido.



Maria Carolina, 7 anos - Vão existir máquinas do tempo no futuro?

JOÃO TORRES - Essa pergunta envolve o tempo. Hoje, nós sabemos que o tempo não é tão simples quanto as pessoas pensam. O tempo é um pouco mais complicado. Vamos supor que você tenha uma irmã gêmea. Ela é astronauta, pega uma nave espacial e sai pelo espaço. Fica cinco anos fora e quando volta, ela vê que você está diferente dela. Quem fica na Terra vai envelhecer mais e quem andou pelos espaços vai envelhecer menos. Viajar para o passado é meio complicado. Vamos imaginar que a sua irmã gêmea vá para o tempo dos dinossauros. Ela sai da máquina e a sua irmã morre lá no passado. Olha o problema: ela morreu antes de nascer. Então, isso não pode. Por isso, os cientistas exigem que exista uma coisa chamada causalidade. Quer dizer que tudo o que acontece mais na frente, no tempo, foi causado lá atrás. Se eu solto um copo, ele cai no chão

e quebra, ele quebrou porque eu o soltei. Ele não pode quebrar antes de eu soltá-lo. Isso é a causalidade. Mas isso são teorias muito interessantes porque a gente quer saber se a Física permite essas coisas. Então, do ponto de vista da aplicação, de construir uma máquina, eu diria que isso não vai acontecer.

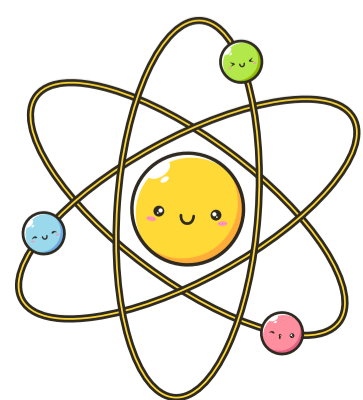


Marina, 3 anos - Quando as crianças vão ter uma vacina para o corona?

YULI MAIA - Lembra que eu falei mais cedo que a vacina é dividida em várias etapas de testes? Então, durante aquelas fases, os cientistas testam a vacina no grupo alvo, que é o grupo que vai receber aquele imunizante. A covid-19 é uma doença que tem enormes riscos para os idosos e para adultos

Pint of Milk reuniu pesquisadores para responder dúvidas e acender a curiosidade científica dos baixinhos

com comorbidades. As crianças e os adolescentes são afetados, claro, mas em proporção bem menor. Então, por conta disso, inicialmente os testes clínicos não focaram na faixa etária de vocês. Eles buscaram idosos e pessoas que tinham alguma comorbidade. Mas, isso já mudou. Todas as vacinas existentes para a covid-19 estão entrando em protocolos para avaliar se a vacina é segura para vocês. Vocês ainda não podem tomar porque não se sabe se ela é segura. A vacina da Pfizer já foi aprovada nos Estados Unidos para ser aplicada em adolescentes de 12 a 15 anos, mas eles ainda estão testando em crianças de 5 a 12 anos. Aqui no Brasil ainda não há aprovação para menores de 18 anos, mas tudo indica que seja só uma questão de tempo mesmo. Com o andar da vacinação no Brasil, espera-se que vocês sejam vacinados no ano que vem. Até lá, a gente continua com distanciamento social, com uso de máscara, lavando as mãos com água e sabão e usando álcool em gel.

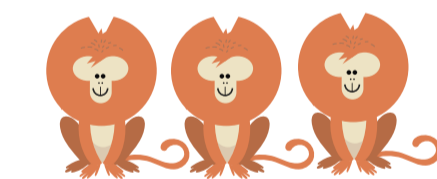


VIDA AMEAÇADA

22 de maio é o dia internacional da biodiversidade. Para celebrar a data, o Jornal da AdUFRJ apresenta pesquisa de duas cientistas do Instituto de Biologia da UFRJ sobre o impacto das mudanças climáticas sobre espécies de plantas e animais em diferentes biomas do mundo

KIM QUEIROZ
comunica@adufrrj.org.br

Dia Internacional da Biodiversidade: antes de comemorar, é preciso agir. Instituída em 1992 pela Organização das Nações Unidas (ONU), a data de 22 de maio tem o objetivo de conscientizar a população mundial da importância de se preservar a diversidade biológica no planeta. Para celebrar a efeméride, o **Jornal da AdUFRJ** resgatou o exaustivo trabalho de duas pesquisadoras do Instituto de Biologia da UFRJ sobre o impacto das mudanças climáticas em espécies de plantas e animais de diferentes biomas do mundo. Elas assinam um artigo sobre o tema na revista científica "*Biological Conservation*" da *Science Direct*, edição de maio (Leia a íntegra aqui <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0006320721001221>).



"Muitas espécies raras possuem requisitos ambientais mais estritos, e não conseguem se adaptar às mudanças climáticas pela dificuldade em atendê-los", explica Mariana Vale, professora do Departamento de Ecologia da UFRJ e autora correspondente do artigo. A pesquisa evidencia principalmente o risco que correm as espécies endêmicas, que são aquelas encontradas em um só local do mundo. "A velocidade da mudança climática atual é considerada sem precedentes e, portanto, não dá às espécies o tempo necessário para se adaptarem", acrescenta a professora. Somado isso à perda generalizada de habitat, essas espécies correm sérios riscos de extinção. "O desmatamento as impede de se deslocarem para novas áreas climaticamente adequadas, o que era uma resposta comum e eficaz em eventos climáticos no tempo geológico".

A pesquisa explora áreas que se encaixam em dois conceitos centrais para a Ecologia: os "hotspots de biodiversidade" e as regiões "global 200". Os "hotspots" designam as áreas com uma quantidade imensa de es-

pécies em vulnerabilidade, por perda de grande parte do seu território. Já o conceito das regiões "global 200" valoriza outros atributos, como, por exemplo, o quão raras ou únicas são as espécies, sem que necessariamente tenham perdido grande parte de seus habitats. "Nessa pesquisa nós estudamos esses dois esquemas de conservação, e chamamos o conjunto dessas duas áreas de "rich spots", que seriam lugares bem ricos em biodiversidade no mundo", conta Stella Manes, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da UFRJ e coautora do artigo. "São 238 áreas, que cobrem mais ou menos metade do planeta", completa.

O estudo reúne pesquisadores de dez instituições internacionais, e surgiu no contexto do novo relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), considerado o braço científico da ONU para lidar com questões do clima. "Nesse novo relatório, estamos justamente no capítulo sobre os 'hotspots de biodiversidade'. O grupo de cientistas que trabalha com esse assunto realizou essa pesquisa", disse Stella.

Stella. Criado em 1988, o Painel tem a missão de destacar os principais impactos ambientais e socioeconômicos, traçando estratégias para mitigar as consequências das mudanças globais. As transformações ambientais afetam mais as espécies endêmicas, que têm características intrínsecas a um único local, do que as nativas, que se adaptam melhor e, por isso, ocorrem em mais lugares. O diferencial dessa pesquisa, no entanto, foi identificar esse grau de vulnerabilidade. "A gente não esperava encontrar um valor tão alto para essas espécies endêmicas, e descobrimos que elas são três vezes mais impactadas a nível global do que as espécies nativas, e dez vezes mais impactadas do que as espécies introduzidas", ressalta Stella. Segundo ela, as espécies introduzidas são mais uma fonte de ameaça. Por estarem acostumadas a lugares com maior variação, elas muitas vezes têm uma taxa de re-

produção rápida e, por isso, podem atrair outras espécies do local onde foram inseridas. "A gente revisou toda a literatura que já foi publicada até hoje sobre essas 238 áreas, selecionou todos os textos que faziam uma previsão de como a mudança climática afetaria esses lugares, compilou todos esses dados e os analisou", descreve Stella. Esse método possibilitou que a equipe pudesse visualizar uma tendência global de como a mudança climática está afetando essas áreas, plantas e animais. Ao todo, são mais de oito mil espécies avaliadas pelos pesquisadores. "Aqui no Brasil nós temos o exemplo de uma espécie muito afetada, que é o mico-leão-dourado, espécie bandeira da Mata Atlântica", lembra a pesquisadora.

A pesquisa destaca apenas uma das causas responsáveis pela diminuição da biodiversidade. "A ação do homem é muito mais proeminente que essa. O homem está direta e indiretamente causando grandes declínios na biodiversidade, e o homem que vai ser justamente um dos mais afetados", diz Stella.

A perda da biodiversidade pode significar a perda de serviços ecossistêmicos, como alimento, água e ar puro. Porém, o artigo pondera uma saída. "Se a magnitude das mudanças climáticas for diminuída, que é o efeito chamado de 'mitigação climática', pode-se reduzir o impacto sobre essas espécies. Isso indica que ainda há chance de reverter esse quadro, e esforços devem ser tomados nesse sentido", afirma.

perda de serviços ecossistêmicos, como alimento, água e ar puro. Porém, o artigo pondera uma saída. "Se a magnitude das mudanças climáticas for diminuída, que é o efeito chamado de 'mitigação climática', pode-se reduzir o impacto sobre essas espécies. Isso indica que ainda há chance de reverter esse quadro, e esforços devem ser tomados nesse sentido", afirma.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

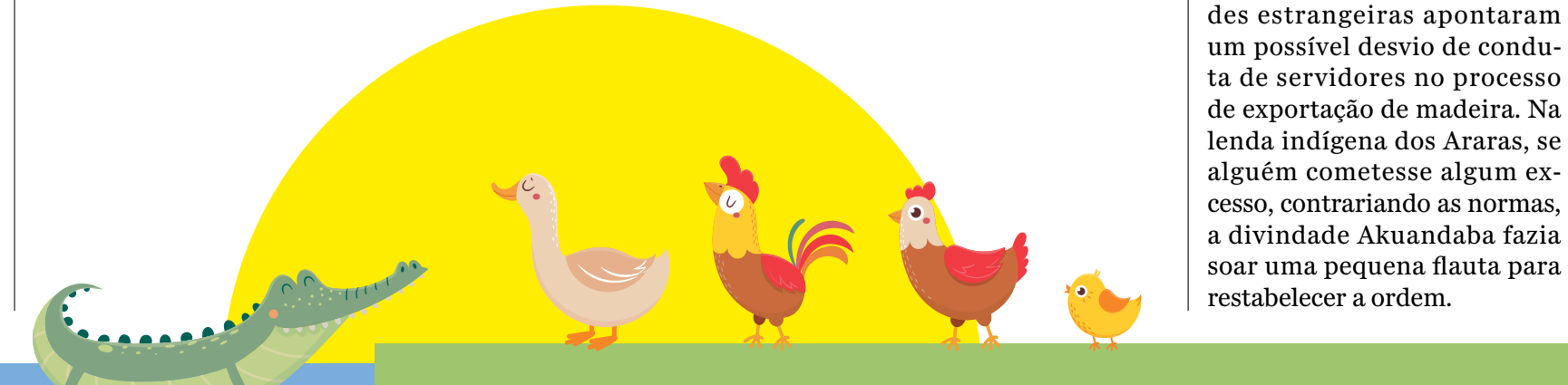
Um projeto de lei que flexibiliza o licenciamento ambiental no Brasil, aprovado pela Câmara no dia 13, está agora em tramitação no Senado. Entre as principais mudanças propostas está a dispensa de licença ambiental para atividades econômicas, como obras de saneamento básico e de manutenção em estradas e portos. As políticas ambientais do governo Bolsonaro preocupam as pesquisadoras, pois ameaçam a biodiversidade brasileira. "O notório desmonte da proteção ambiental no Brasil também intensifica as próprias mudanças climáticas, pois o desmatamento ainda é a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa no Brasil", aponta Mariana.

MINISTRO INVESTIGADO

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o presidente do Ibama, Ricardo Bim, são alvos de uma investigação da Polícia Federal sobre exportação ilegal de madeira. A operação foi autorizada por Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou o afastamento imediato de Ricardo Bim da presidência do Ibama, e de outros nove servidores do órgão e do ministério.

As buscas começaram no dia 19, com 35 mandados do Distrito Federal, em São Paulo e no Pará. A residência de Salles em SP, seu gabinete funcional em Brasília e um gabinete montado pelo ministério no Pará foram vasculhados pela PF. O ministro do STF também pediu a quebra de sigilos bancário e fiscal do ministro do Meio Ambiente e dos servidores do Ibama.

Batizada de Akundaba, que é uma divindade da mitologia dos índios Araras, que habitam no estado do Pará, a operação iniciou suas investigações em janeiro. Na ocasião, autoridades estrangeiras apontaram um possível desvio de conduta de servidores no processo de exportação de madeira. Na lenda indígena dos Araras, se alguém cometesse algum excesso, contrariando as normas, a divindade Akundaba fazia soar uma pequena flauta para restabelecer a ordem.



No dia 3 de maio, a repressão da polícia israelense a uma manifestação de apoio a famílias palestinas despejadas de suas casas no bairro de Sheikh Jarrah, em Jerusalém Oriental, deu início a mais um conflito armado na longa jornada de embates entre árabes e judeus no Oriente Médio. O rastilho de pólvora rapidamente se espalhou, com novos protestos reprimidos na Mesquita de Al-Aqsa, na Cidade Velha de Jerusalém, um local sagrado para o Islã, durante o período do Ramadã, o mais importante para os muçulmanos, este ano celebrado entre 13 de abril e 12 de maio. Até o cessar-fogo que entrou em vigor nesta sexta-feira (21), o conflito

deixou 232 palestinos mortos na Faixa de Gaza, sendo 65 crianças, e 12 mortos em Israel, entre eles duas crianças. A complexidade de um embate tão antigo quanto recorrente deixa mais dúvidas do que certezas em relação ao futuro. O **Jornal da AdUFRJ** traz duas visões sobre o conflito. Direto de Tel Aviv, em Israel, o jornalista Daniel Hippertt fala sob a perspectiva de quem vive em território israelense. E a advogada Havana Marinho, estudiosa da causa palestina, aborda o cotidiano dos habitantes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Em comum, ambos ainda acalantam o sonho de paz na região.

Além da disparidade no número de vítimas, o conflito encerrado pelo cessar-fogo desta sexta-feira (21) evidenciou duas realidades bem distintas. Do lado de Israel, um dos exércitos mais poderosos do mundo e uma política de ocupação de territórios cada vez mais violenta. Do lado da Palestina, violações cotidianas de direitos da população — extensivas até aos árabes-israelenses que vivem em Jerusalém Oriental e têm cidadania, como as famílias despejadas de Sheikh Jarrah. Os dois relatos que o **Jornal da AdUFRJ** passa a descrever mostram o desequilíbrio entre essas duas realidades. “A sirene ecoou. Pela primeira vez na minha vida, eu estava sendo avisado de que mísseis estavam vindo em minha direção: não foi uma grande estreia, devo confessar. Há uma força crua e quase indescritível que te leva completamente neste tipo de momento... A frequência cardíaca aumenta, a adrenalina atinge o seu pico, os olhos estão bem abertos, tudo parece se mover em câmera lenta, direto de algum filme Matrix. O próximo passo é esquecer: quem você é, o que estava fazendo, falando, pensando, possivelmente por estar ansioso. No final, tudo se resume ao instinto de sobrevivência e à emoção de chegar, o mais rápido e ordenadamente possível, ao lugar seguro mais próximo”.

O relato é do jornalista brasileiro Daniel Hippertt, de 28 anos, e foi postado em seu blog (<https://danielhippertt.medium.com/>) em 15 de maio. Naquele sábado, um ataque israelense transformou em escombros o edifício onde ficavam os escritórios da agência de notícias norte-americana Associated Press e da emissora catari Al Jazeera na Faixa de Gaza, enclave palestino de 41 quilômetros de extensão por de seis a 12 de largura junto ao Mar Mediterrâneo, onde dois milhões de palestinos vivem isolados por terra, mar e ar por Israel.

O “lugar seguro” ao qual Daniel se referiu é um “quarto do pânico” dentro do apartamento que divide com outros sete jovens em Tel Aviv, em Israel. A sirene abre um protocolo de segurança em que os habitantes da cidade litorânea, próxima à Faixa de Gaza, devem se proteger em abrigos pré-definidos, enquanto o Domo de Ferro, sistema antimísseis de Israel, é acionado para interceptar os foguetes lançados de Gaza pelo Hamas, grupo islâmico que comanda o enclave. “Assim que trancamos a porta, só ouvimos as bombas explodindo lá fora. Você não sabe quão perto ela está de você, qual o seu poder destrutivo. Moro numa república com mais sete rapazes, um deles não estava em casa. Todos naquele quarto tinham entre 23 e 28 anos e ficamos olhando uns para os outros como se fôssemos sete meninos”, recorda Daniel.

ROTINA DE VIOLAÇÕES

Se o Domo de Ferro consegue interceptar, em média, 90% dos foguetes lançados

pelo Hamas em direção a Tel Aviv, os mísseis disparados por Israel contra Gaza parecem acertar 100% nos alvos. Pelo menos 450 prédios foram destruídos ou seriamente danificados no enclave nos últimos dias. Mesmo após o cessar-fogo, a rotina de palestinos sendo desalojados de suas casas vai prosseguir, como parte da política de expansão das colônias israelenses nos territórios ocupados. Em 11 de janeiro deste ano, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ordenou a construção de 800 moradias para colonos na Cisjordânia. Uma realidade que a advogada Havana Marinho conhece bem. Em 2015, ela concluiu seu doutorado em Economia Política Internacional na UFRJ com a tese “Ocupação israelense na Palestina: colonialidade, geopolítica e violação de direitos”. Como parte da pesquisa, ela passou 25 dias no campo de refugiados de Aida, em Belém, na Cisjordânia.

“Entrevistei muita gente, inclusive estudiosos judeus que não são sionistas e que têm uma visão crítica em relação à ocupação militar de Israel na Palestina. Meu olhar foi na perspectiva da violação de direitos e, nesses territórios ocupados, há regras do Direito Internacional que Israel nunca cumpriu. Uma delas é que, quando você ocupa um território, não pode levar população do seu país para lá. E é isso que acontece há muito tempo com o avanço das colônias de Israel”, afirma Havana, de 39 anos, pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ (LADIH/UFRJ) e integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ. Havana, que também é jornalista, tentou entrar na Faixa de Gaza, mas não obteve autorização. “Na Cisjordânia, me apresentei como uma peregrina, não podia falar nada sobre a minha pesquisa porque Israel faz um cerceamento de conteúdo. Eles tentam dominar a narrativa de acordo com a perspectiva deles, então qualquer pessoa que

ENTRE MÍSSEIS, MEDOS E ESPERANÇAS



tenha como objetivo pesquisar a Palestina para trazer uma outra visão enfrenta dificuldades”. O despejo de famílias em Jerusalém Oriental, que vem ganhando contornos de guerra civil, é uma realidade cotidiana nos territórios ocupados, segundo a advogada e pesquisadora. “Eu vi isso em Belém. Israel promove as conhecidas demolições para fazer novos assentamentos e, se você não sair de casa, ela é demolida com tudo o que tem dentro”, diz ela, que conseguiu fotografar uma dessas demolições. Teve de arquivar as fotos em um cartão de memória e despachá-lo dentro de um livro, de navio, para o Brasil. “Antes do embarque da volta, se você esteve nos territórios ocupados, o Serviço de Imigração de Israel vasculha tudo, faz um interrogatório, é muito arriscado”.

Daniel tem a perfeita noção de que está do lado mais seguro do confronto. “A sirene, o medo dos foguetes sobre Tel Aviv, isso foi uma situação atípica. Eu preciso ter a noção dos meus privilégios, porque isso acontece diariamente em muitos lugares e eu posso imaginar o nível de terror. Aqui nós temos um Domo de Ferro que intercepta os mísseis e um quarto de pânico onde eu posso me abrigar”, diz ele, que está em Israel por conta de um programa destinado a jovens judeus latino-americanos, por meio do qual faz cursos e trabalha em uma start-up da área de Educação.

O jornalista carioca tem uma rotina normal em Tel Aviv. “Se o Brasil foi o país que pior lidou com a pandemia, Israel foi o oposto. Hoje, eu trabalho sem máscara e posso andar na rua sem ela, que só é requisitada em transportes públicos. Cheguei em 6 de abril, fiz um teste no aeroporto e passei por uma quarentena na obrigatória. Já tomei as duas doses da vacina e tenho um *green passport*, que me dá acesso a qualquer lugar”, conta ele, que não imaginava a

eclosão de um conflito um mês depois da sua chegada.

“Tel Aviv é um dos principais alvos, mas é também um dos locais mais seguros de Israel. Há sete anos não havia aqui a necessidade de usar os abrigos antimísseis. É traumático, claro. Estou num grupo de 90 latino-americanos e cada um reage de um jeito. Tem gente que acusa o golpe, não consegue sair de casa. Eu tentei seguir com a vida. Ontem eu fui à praia, saí para jantar”, relata Daniel.

SONHO DE PAZ

A vida normal nos territórios ocupados é bem diferente. Segundo Havana, a segregação dos palestinos é crescente. “Participei de alguns protestos semanais, que são feitos em povoados e vilarejos palestinos todas as sextas-feiras há 30, 40 anos, para denunciar a ocupação. Alguns são lúdicos, outros são mais diretos e esses são reprimidos com violência. Em um desses protestos, com crianças e idosos, os soldados israelenses primeiro usaram gás lacrimogênio para dispersar as pessoas. Depois vieram com balas de borracha e, por fim, com munição letal. A repressão é constante”, diz a advogada.

Havana tratou dessas violações de direitos em sua tese, e acredita que elas não vão cessar. “O controle de Israel impõe essa rotina de violência. Na Cisjordânia, para você se deslocar, há vários *checkpoints*. Se um palestino mora em Belém e quer visitar alguém em Nablus, no norte do território, tem que passar por vários *checkpoints* nos quais pode ou não ser autorizado a passar. Em geral, não passa. Em Hebron, onde estive, a ocupação dos colonos se dá dentro da cidade. Algumas outras cidades palestinas têm colônias ao redor, há um certo distanciamento. Mas em Hebron há famílias palestinas vivendo ao lado de famílias de colonos, e elas andam em calçadas opostas na rua. Essa segregação se dá no dia a dia. Nas colônias, há água filtrada 24 horas por dia. Na Cisjordânia, você sabe de longe se uma casa é palestina porque ela tem no telhado um tanque para armazenamento de água, porque o abastecimento não é regular”, relata.

Mesmo descrentes quanto a uma solução que ponha fim aos conflitos entre israelenses e palestinos, Daniel e Havana ainda nutrem a esperança de paz na região. “Eu gostaria que os direitos dos palestinos fossem reconhecidos, com um Estado-nação palestino. Adoraria que todo e qualquer extremismo ou fanatismo religioso fosse abolido, seja de que vertente for. A intolerância é o principal problema. Sonho com um mundo onde as pessoas percebam que há mais coisas em comum do que diferenças”, defende Daniel. “Se a gente não se alimentar de esperança, o que fazer? Eu alimento sim, mas não será fácil. As ondas de violência vão e voltam, até o próximo cessar-fogo, mas a expansão das colônias é contínua. Um cessar-fogo só acaba com o conflito militar aos olhos do mundo. Mas a degradação diária dos palestinos continua. E longe dos olhos do mundo”, lamenta Havana.

USE MÁSCARA E ALCOL EM GEL NA MANIFESTAÇÃO

#29M

EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

FORA BOLSONARO #EUDEFENDOAUFRJ

GOVERNO QUER FECHAR UFRJ. COMUNIDADE NÃO VAI DEIXAR

#VAGINA NO BRAÇO, COMIDA NO PRATO

Sintufrj
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Gestão Ressignificar

AdUFRJ
PROFESSORES DA UFRJ

APG UFRJ

DCE Mário Prata UFRJ

APTUFRJ
Associação dos Trabalhadores em Educação da UFRJ